

A GEOPOLÍTICA DA ENERGIA NA FRONTEIRA BRASIL- PARAGUAI: O TRATADO DE ITAIPU

Marcos Mesquita¹

Nicolly Marinho²

Camilo Pereira Carneiro³

Resumo

O Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973, que formalizou a implantação de uma hidrelétrica binacional entre Brasil e Paraguai no rio Paraná, tem validade de 50 anos, que se encerra em 2023. Principal hidrelétrica da América Latina, Itaipu Binacional constitui um elemento chave na geopolítica regional. A hidrelétrica forneceu, em 2021, 8,4% da energia consumida no Brasil e 85,6% da energia consumida no Paraguai. Em 2023, os dois países renegociarão o anexo “C” do tratado, estabelecendo novas regras para o preço da energia que o Paraguai fornece para o Brasil, assunto que já configura um dos principais temas da diplomacia brasileira. Nesse sentido, face à importância estratégica da hidrelétrica na geração de energia dos países e no processo de integração regional, o presente artigo analisará sob a ótica da Geografia e Comunicação, a geopolítica da energia na fronteira Brasil Paraguai e seus desdobramentos.

Palavras-chave: Tratado de Itaipu; geopolítica; Bacia do Prata; Hidrelétrica de Itaipu.

INTRODUÇÃO

Brasil e Paraguai possuem uma profunda integração materializada pela presença de um grande contingente de brasileiros e seus descendentes no Paraguai, que atuam de forma significativa no setor do agronegócio (produção de soja), bem como por acordos bilaterais como o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, os programas interrompidos SIS-Fronteiras e PEIBF; além disso os dois países fazem parte de blocos regionais, como o Mercosul, o Prosul, o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), a Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros.

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: marcos_mesquita@discente.ufg.br.

² Discente do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal de Goiás. E-mail: nicollynathalia@discente.ufg.br.

³ Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: camilo.pereira@ufg.br.

O ano de 2023 é emblemático por marcar o termo da vigência do Tratado de Itaipu, assinado entre o Brasil e o Paraguai em 1973, que estabeleceu as normas de administração e partição da energia gerada por Itaipu Binacional, a principal hidrelétrica dos dois países, que gera energia para o centro-sul do Brasil, o coração geoeconômico do país.

Visando analisar o contexto geopolítico no qual o tema da renegociação do anexo “C” do Tratado de Itaipu está inserido, o trabalho traz, inicialmente, uma abordagem acerca das relações entre Brasil e Paraguai desde o período da Independência dos países, passando pela guerra da Tríplice Aliança, o Tratado de Limites (1872), a ditadura de Stroessner, quando foi assinado o Tratado de Itaipu (1973) e por fim, a constituição da Hidrelétrica Binacional (entre 1975 a 1982).

Na sequência, o artigo analisa o processo de consolidação da fronteira Brasil-Paraguai e a dinâmica da hidrelétrica binacional. a seção apresenta os detalhes da Ata de Iguaçu (1966) e do Tratado de Itaipu (1973), assim como o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (1979) e os impactos no mercado de trabalho e na migração de novos trabalhadores para região.

Por fim, o texto trata dos elementos concernentes à renegociação do Tratado de Itaipu (1973), com enfoque especial ao Anexo “C” do Tratado, a geopolítica energética, o declínio da produção da usina hidrelétrica nos últimos anos e os principais atores políticos envolvidos no tema. No tocante à metodologia, o presente artigo configura uma pesquisa qualitativa, básica, pautada em análise bibliográfica e documental, sob a ótica da Geografia Política e da comunicação, com recorte temporal abrangendo o período entre 1966 e 2022 e enriquecido com cartografia temática elaborada com o software *ArcGIS*.

RELAÇÕES BRASIL PARAGUAI: DA INDEPENDÊNCIA À GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

As atuais relações entre Brasil e Paraguai decorrem de um processo histórico que remonta ao período da colonização ibérica na América do Sul. Nesse sentido, é importante destacar que a colonização espanhola na América do Sul deu origem ao Vice-Reino do Rio da Prata (1776 -1816), território que exercia grande controle

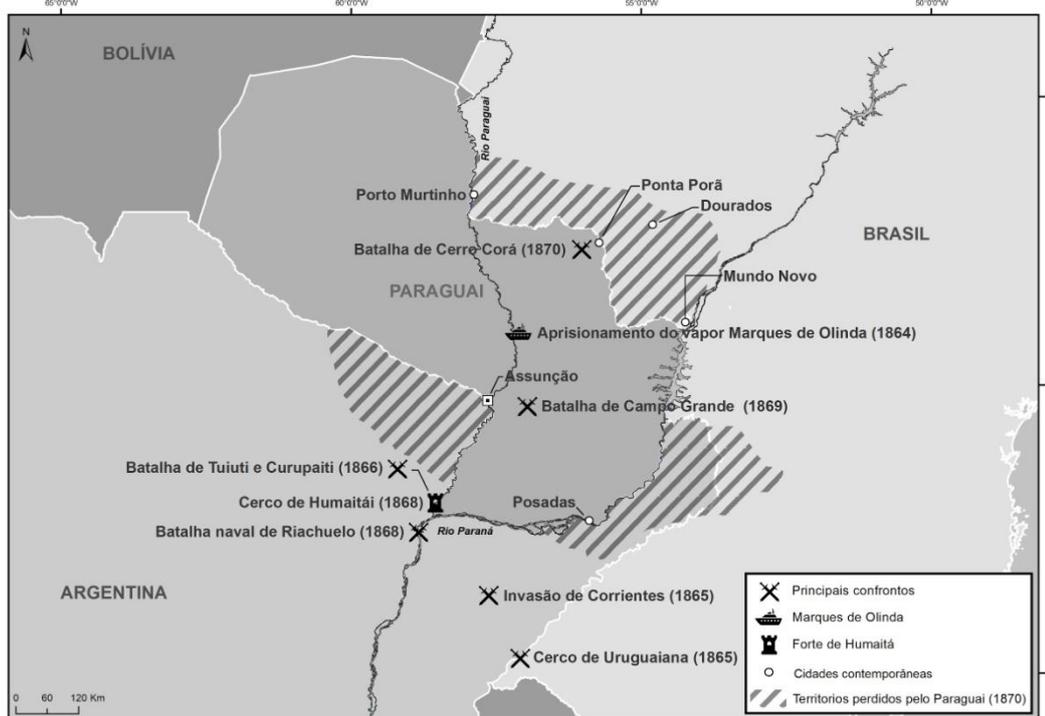
sobre a Bacia do Rio da Prata, além de possuir saída para o Oceano Pacífico via Cordilheira dos Andes. O referido Vice-Reino abarcou os territórios correspondentes à Argentina, ao Uruguai, Paraguai, Bolívia, além de parte do Rio Grande do Sul e uma parte do Chile (SELLIER, 2006). Brasil e Paraguai possuem ainda um passado compartilhado das experiências das missões jesuíticas, que existiram entre os séculos XVII e XVIII.

O Paraguai é um país mediterrâneo, sem saída para o mar. Essa característica exerce forte influência nas questões econômicas do país. Ao longo de sua história o Paraguai tem se valido da estratégia do pêndulo, transitando entre as áreas de influência da Argentina e do Brasil, tendo suas fronteiras delimitadas após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Terminada a Guerra da Tríplice Aliança, acentuaram-se as divergências entre o Brasil e a Argentina, que disputavam a hegemonia na Bacia do Prata. No tocante ao Paraguai, o tratado de limites com o Brasil foi firmado em 1872 e a díade ficou estabelecida na área entre a região das Sete Quedas e o Rio Apa. Com este tratado, o Brasil se apropriou de áreas que hoje fazem parte do Estado de Mato Grosso do Sul, entre os atuais municípios de Porto Murtinho e Mundo Novo. Por sua vez, o tratado de limites com a Argentina foi firmado pelo Paraguai em 1876, tendo o país cedido áreas correspondentes às atuais províncias de Misiones e Formosa.

As questões fronteiriças entre o Brasil e o Paraguai e a instabilidade política brasileira na década de 1930, levou ao distanciamento dos países. Em 1941, Getúlio Vargas visitou o Paraguai, e firmou diversos acordos comerciais e culturais. Segundo Farina (2003), essa aproximação possibilitou que a partir de 1959 o presidente Stroessner promovesse mudanças geopolíticas significativas.

Mapa 1 - Principais eventos da Guerra da Tríplice Aliança



Autor: Marcos Mesquita (2022).

A ascensão de Stroessner, que ficou no poder entre 1959 e 1989, foi fundamental para que a política do Paraguai oscilasse em favor do Brasil, ainda que isso não tenha significado o abandono da Argentina. Naquele período, o Paraguai procurou se beneficiar da rivalidade entre as duas potências regionais. Entretanto, a reaproximação entre Brasil e Paraguai foi impulsionada por conta da construção da estrada, em 1954, que ligava o rio Paraná à cidade de Coronel Oviedo, obra financiada pelo Brasil.

Durante o governo Kubitschek (1956-1961), teve início a construção da ponte internacional que ligaria os dois países, que viria a ser inaugurada em 1965. A obra fez com o que o Paraguai se afastasse da Argentina e se aproximasse do Brasil. A saída ao leste implicou em uma nova dinâmica para a economia paraguaia e para a organização produtiva do país. Em 1957 foi determinada a criação de uma nova cidade na fronteira com o Brasil, que após ter recebido os nomes de Puerto Flor de Lis e Puerto Stroessner receberia o nome pelo qual é conhecida hoje: *Ciudad del Este* (SILVA, 2006).

Em 1962, as questões de territorialidade voltaram a ser discutidas acerca da posse da região das Sete Quedas, no rio Paraná. Região de enorme valor hidrelétrico por conta do desnível das águas, o que levou a um impasse sobre a área litigiosa. No que tange aos documentos que possibilitaram a construção de Itaipu Binacional, foi assinada em 1966 a Ata do Iguaçu. Já em 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná; finalmente, em 1974, foi criada a entidade binacional Itaipu. As obras da hidrelétrica tiveram início em 1975 e foram concluídas em 1982.

A região não deixou de ser uma fronteira tripla; a construção de Itaipu Binacional estremeceu as relações dos dois países com a Argentina pelo direito do uso das águas do rio Paraná. Desse modo, em 1979, foi assinado o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus entre Brasil, Paraguai e Argentina, que passou a regular o aproveitamento hídrico do rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do Rio da Prata (CARNEIRO, 2016).

O Acordo Tripartite Itaipu-Corpus solucionou o problema do uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraná e permitiu que Brasil e Argentina iniciassem um novo momento em suas relações bilaterais. Com o acordo foram superadas antigas tensões entre os dois países, que trocaram notas diplomáticas em 19 de outubro de 1979, um marco simbólico, que representou a transição da disputa geopolítica para a política de cooperação. Cabe ressaltar que esta mudança ocorreu em um momento em que os dois países eram governados por ditaduras militares.

A CONSOLIDAÇÃO DA FRONTEIRA E A HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL

A partir do diálogo entre as diplomacias de Brasil e Paraguai, foi possível sanar, em 1966, as questões referentes à área litigiosa na região de Sete Quedas. Dessa forma, foi assinada na cidade de Foz Iguaçu, em 22 de junho do referido ano, a Ata do Iguaçu, um tratado entre Brasil e Paraguai que, em conjunto com o Tratado de Itaipu (1973), possibilitaria o aproveitamento das águas e a construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional no rio Paraná. As obras da usina iriam ocorrer entre os anos de 1975 e 1982 (VARGAS, 2017).

O artigo 3º da Ata do Iguaçu previa o condomínio das águas, o estudo e a exploração dos recursos disponíveis na região entre o Salto das Sete Quedas e a foz do rio Iguaçu. Já o artigo 4º, estabelecia que a energia produzida na região seria dividida igualmente. Ambos os artigos serviram de base para o aproveitamento dos recursos hídricos na fronteira brasileiro-paraguaia.

Por sua vez, o Tratado de Itaipu estabeleceu que a entidade Itaipu Binacional seria criada por meio de uma parceria entre a *Administración Nacional de Electricidad* (Ande), do Paraguai, e a Eletrobrás, do Brasil. A nova empresa seria gerida pelas normas e anexos de seu estatuto. As tratativas do tratado foram separadas em três partes. A primeira é o tratado em si, cujo documento exprime os princípios gerais acordados. A segunda parte é composta de três anexos: o Anexo “A”, que aborda o estatuto da Itaipu Binacional; o Anexo “B”, que descreve as obras da usina; e o Anexo “C”, referente às questões financeiras e econômicas da hidrelétrica. A terceira parte trata das notas reversais do acordo (ESPÓSITO NETO, 2020).

O desenvolvimento político bilateral e a consequente construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional foram um marco da consolidação da fronteira entre Brasil e Paraguai, fomentando diversos aspectos culturais, comerciais e sociais na zona fronteira. Cabe lembrar que a fronteira Brasil-Paraguai abrange ainda a Tríplice Fronteira, englobando a Argentina ao seu todo. Desse modo, a Tríplice Fronteira, segundo Silva (2014), consiste em “uma construção social e espaço de práticas sociais, culturais e econômicas compartilhadas entre Brasil, Paraguai e Argentina”.

A aproximação bilateral entre Brasil e Paraguai, com vistas à gestão compartilhada do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, significou, para a Argentina, uma ameaça aos seus interesses e direitos, haja vista que limitou a soberania interna. Tal impasse chegou a ser debatido na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1972 (FAJARDO, 2004). Nesse sentido, os debates entre Brasil, Argentina e Paraguai tiveram como foco vários temas técnicos, como o aproveitamento das águas excedentes, a navegação e a sedimentação. No entanto,

a discussão sobre a quantidade de turbinas e acerca da cota de água ganharam mais notoriedade (ESPÓSITO NETO, 2020).

O imbróglio só foi resolvido em 19 de outubro de 1979, quando o Brasil, a Argentina e o Paraguai assinaram o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, que oficializou as normas para a utilização dos recursos hídricos no trecho do rio Paraná entre o Salto das Sete Quedas e a foz do Rio da Prata. O documento regulamentou os níveis e a variação permitida do rio, além das diversas proposições de novas hidrelétricas na região comum aos três países. Esse episódio marcou o fim de um importante e exigente manobra diplomática (ITAIPU BINACIONAL, 2022).

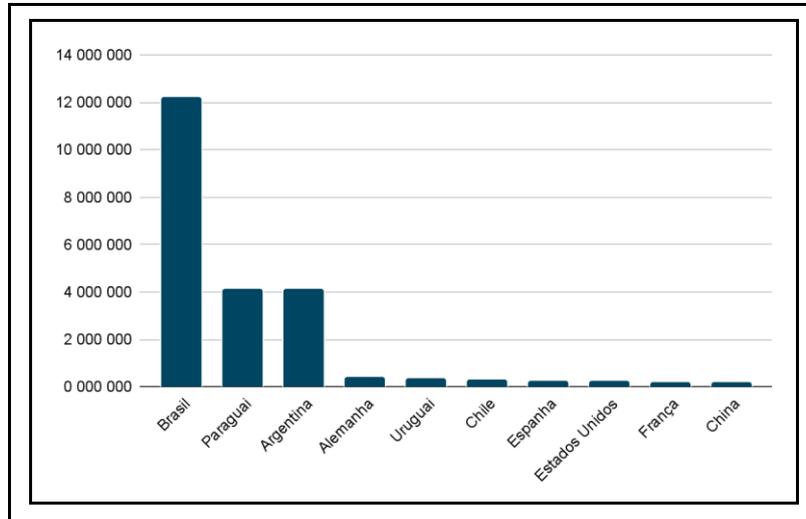
Outrossim, a construção de Itaipu Binacional alterou drasticamente a dinâmica do trabalho na região. A criação da usina empregou mais de 40 mil funcionários e fez com que a cidade de Foz do Iguaçu recebesse mais de 240 mil moradores entre os anos de 1950 e 1990. A razão para tal crescimento foi a possibilidade de emprego, que atraiu brasileiros, em maior número, e paraguaios, em menor número. Nesta mesma época, o Brasil passava por um processo de êxodo rural, o que fez com que, além de trabalhadores profissionais, inúmeras pessoas sem qualificação integrassem os mais variados tipos de trabalho na construção de Itaipu Binacional (SILVA, 2014).

A geração de energia anual da Itaipu Binacional, em 2016, foi a primeira a superar a marca de 100 milhões de megawatts-hora (MWh). Com mais de 103 milhões de MWh, a usina ultrapassou o recorde da hidrelétrica chinesa Três Gargantas, que obteve, em 2014, 98,8 milhões de MWh, retomando a liderança em produção anual de energia limpa e renovável. Além disso, Itaipu Binacional é a hidrelétrica com maior número de produção acumulada do mundo. Em 1984, no início de suas operações, a usina produziu mais de 2,4 bilhões de MWh (ITAIPU BINACIONAL, 2022).

Para além da produção de energia elétrica, Itaipu Binacional constitui um dos mais importantes atrativos turísticos do Brasil e do Paraguai, impactando no setor de turismo da Tríplice Fronteira como um todo, gerando postos de trabalho, negócios e serviços. O gráfico 1 apresenta as principais nacionalidades dos turistas que

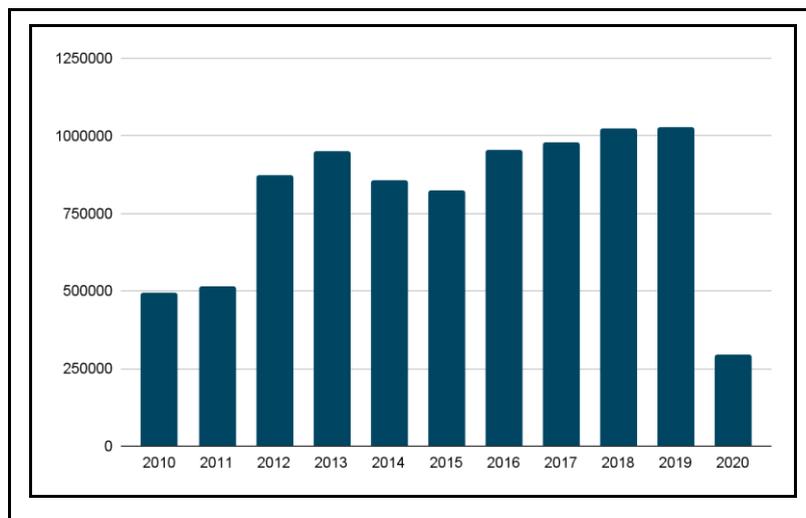
visitaram Itaipu Binacional no período entre 1977 e 2020.

Gráfico 1- Nacionalidade dos visitantes em Itaipu (1977 - 2020)



Fonte: Itaipu Binacional (2022).

Gráfico 2 - Fluxo de visitantes em Itaipu (2010 - 2020)



Fonte: Itaipu Binacional (2022).

Nos últimos anos, a fronteira entre Brasil e o Paraguai tem deixado de contar com políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Iniciativas como o PDFF, o SIS-Fronteiras e o PEIBF foram descontinuadas pelo governo federal, sobretudo a partir de 2015. Diante desse cenário, parte da população mais carente e com menos acesso à informação se encontra em uma situação precarizada, estando

vulneráveis a diversos tipos de violência e à mercê de grupos criminosos que se valem desse contexto para conquistar novos membros (CARNEIRO, 2021).

O TRATADO DE ITAIPU: RENEGOCIAÇÃO E GEOPOLÍTICA ENERGÉTICA

De acordo com Espósito Neto (2020), a diplomacia brasileira entende que na renegociação do tratado de 1973 e de seus anexos, o Paraguai obteve vantagens. Isto porque Assunção conseguiu paridade na construção e na operacionalização de Itaipu Binacional; além disso, os empréstimos conseguidos junto ao Brasil foram a juros fixos e com um longo período de carência, sendo o montante pago em energia. O Brasil financiou também uma série de obras de infraestrutura ao redor da área de Itaipu Binacional.

Por sua vez, no Paraguai é corrente a ideia de que o Brasil desempenha o papel de vassalo das principais potências capitalistas, como os EUA, que têm interesse de impedir que o Paraguai se desenvolva economicamente e socialmente. Neste contexto, Itaipu Binacional compõe essa longa história de espoliação das riquezas paraguaias — história da qual o Brasil faz parte desde a guerra da Tríplice Aliança (1864 -1870). Não obstante, Espósito Neto (2020) afirma que não foram identificados elementos que embasam a ideia de que o Tratado de Itaipu tenha sido fruto do *sub-imperialismo* brasileiro.

Em 2009, em meio a um momento em que a esquerda estava no poder no Paraguai e no Brasil, os presidentes Lula da Silva e Fernando Lugo assinaram uma declaração conjunta com trinta e um pontos voltada para resolver problemas da Itaipu Binacional. O documento defendia o aumento da compensação recebida pelo Paraguai, além de oferecer uma estratégia financeira para construir a infraestrutura energética necessária no país. Afirmou ainda o direito de o Paraguai comercializar energia diretamente no mercado brasileiro e previu a possibilidade de venda para terceiros países a partir de 2023. O documento também tratou do comércio de triangulação entre o Paraguai (Ciudad del Este, em especial) e o Brasil, e da situação dos migrantes brasileiros que estão no Paraguai, ligados ao setor da agropecuária. A declaração conjunta reformulou a integração como um nexo de

energia, comércio e agricultura com desenvolvimento social, direitos humanos e soberania popular como princípios orientadores (FOLCH, 2021).

Não obstante, cabe frisar que, no tocante às relações energéticas entre Brasil e Paraguai - ponto crucial na relação entre os dois países -, o Tratado de Itaipu, em seu Anexo “C”, que estabelece as condições de transferência de energia gerada e remuneração desta, precisa ser renegociado e reformulado até o ano de 2023. Todavia, os diálogos entre os dois países se mostraram difíceis desde o início, retardando uma solução para o tema. Em fevereiro de 2019, o governo brasileiro delegou a um grupo de técnicos a missão de elaborar um plano de trabalho sobre a renegociação do Anexo “C”, porém, em maio de 2019, foi prorrogado o prazo para a conclusão do plano (EXAME,2019).

A nova redação do conteúdo disposto no Anexo “C”, deverá contemplar a forma de comercialização da energia produzida pela Itaipu Binacional a partir de 2023. Entretanto, em setembro de 2019, os representantes dos ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores de Brasil e Paraguai emitiram uma nota conjunta afirmando que o processo de renegociação do Anexo “C” não estava se desenvolvendo de forma secreta. A referida nota foi produzida em resposta a uma crise política desencadeada no Paraguai após a divulgação da ata de um acordo de renegociação do Anexo “C” que havia sido elaborado entre 2019 e 2022, e era favorável ao Brasil e prejudicial aos interesses do Paraguai (NASCIMENTO, 2019).

A nota, afirmava que a negociação em curso viria a corrigir uma defasagem histórica da forma de transferência de energia da Itaipu Binacional por parte da ANDE tendo em vista que não estava sendo contemplado o crescimento da demanda energética da empresa estatal paraguaia. Assim, pretendia-se que cada parte passasse a pagar pela energia consumida efetivamente (CORREIO BRASILIENSE, 2019). A divulgação do acordo secreto assinado por autoridades paraguaias e brasileiras quase resultou na queda do governo de Mário Abdo Benítez, tendo levado à renúncia do ministro das Relações Exteriores, Luis Castiglioni, e de três altos funcionários. A imprensa paraguaia deu ampla cobertura às denúncias de Pedro Ferreira, o então presidente da ANDE.

A maior crise do Governo de Abdo Benítez começou com a renúncia do presidente da empresa estatal de eletricidade, a ANDE, Pedro Ferreira. O funcionário deixou o cargo alegando que queriam obrigá-lo a assinar um acordo com o Brasil sobre Itaipu, Ferreira disse a jornalistas que o acordo não convinha a seu país, pois, entre outras coisas, levaria o Paraguai a pagar mais pela energia (ISTOÉ, 2019, p. 1).

Uma ata referente ao acordo que estava sendo costurado secretamente chegou a ser assinada pelo embaixador do Brasil no Paraguai, Carlos Simas Magalhães, e pelo embaixador do Paraguai no Brasil, Federico González. Ela seria anulada em 1º de agosto de 2019, após a divulgação pela imprensa paraguaia do teor do acordo, que era prejudicial aos interesses do Paraguai.

A renúncia de Ferreira desencadeou uma onda de protestos nas ruas das cidades paraguaias e o lema *Desastre ko Marito* materializou a baixa popularidade do presidente, que quase fizeram com que o país tivesse um prejuízo de 200 milhões de dólares com o acordo que acabou não sendo firmado (CARNERI, 2019). Na esteira do escândalo o vice-presidente paraguaio, Hugo Velázquez, afirmou que a Eletrobras seria responsável por uma dívida ilegal gerada pela Itaipu Binacional e exigiu do governo brasileiro o ressarcimento do montante.

A renegociação do Anexo “C”, do Tratado de Itaipu, foi declarada causa nacional pelo presidente da Câmara dos Deputados, Pedro Alliana. Ele defendeu ainda a participação da população paraguaia nas negociações do novo acordo, bem como as transparências da mesma (BNAMERICAS,2022).

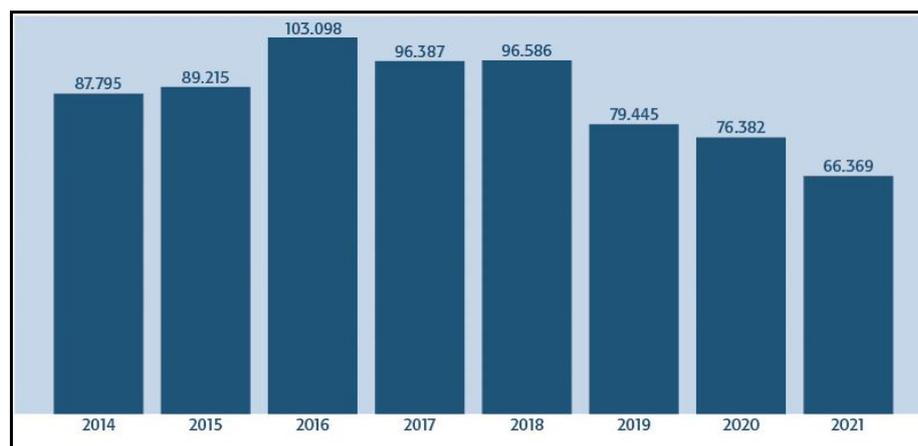
Em relação ao preço da energia gerada pela Itaipu Binacional pago pelo Brasil ao Paraguai, a Controladoria Geral paraguaia divulgou um relatório com documentação referente aos anos entre 1985 e 1997, que demonstrava um débito de mais de 3,85 bilhões de dólares, sendo que 94% do montante havia sido contraído pela Eletrobrás, uma clara violação ao tratado de Itaipu (UOL, 2022).

De acordo com a diplomacia brasileira a renegociação do Anexo “C” configura um dos pontos mais complicados e mais importantes na relação entre Brasília e Assunção, isto porque a imagem de Itaipu Binacional vem sendo relacionada pela mídia paraguaia ao *sub-imperialismo* do Brasil na região e o papel desempenhado pela entidade binacional na economia paraguaia tem sido alvos de

críticas (KONCHINSKI, 2021).

Apesar de ter sido a responsável no passado por um percentual maior da energia consumida no Brasil e no Paraguai, em 2020 a usina hidrelétrica de Itaipu Binacional foi responsável com 10,8% de toda energia consumida pelo Brasil e por 85% da energia consumida pelo Paraguai no ano. Nos últimos anos a produção energética tem variado em virtude dos períodos de estiagem recentes. Em 2016, ano em que a usina obteve seu recorde anual de geração de energia, foram produzidos 103.098 GWh, o que representou 16,8% da energia consumida pelo Brasil. Já em 2021, um dos anos mais secos de sua história, foram gerados 66.369 GWh (gráfico 3).

Gráfico 3 - Produção anual de energia (GWh) por Itaipu Binacional



Fonte: Itaipu Binacional (2022).

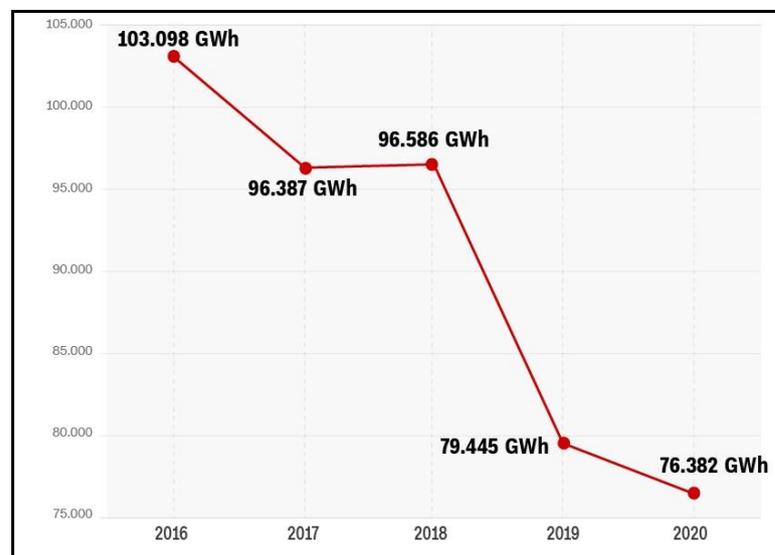
A construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional foi levada a cabo por meio de um empréstimo bilionário. A proximidade da liquidação do mesmo viria a fazer com que a usina conseguisse reduzir significativamente sua tarifa a partir de 2023. Nesse sentido, o valor de US\$ 22,60/kw por mês referente a 2021 poderia passar para US\$ 10/kw. Cabe recordar que a construção da usina custou US\$ 27 bilhões, dos quais apenas uma pequena parcela ainda restava ser paga em 2022. Outro ponto importante a ser mencionado é que ao contrário da maior parte das usinas brasileiras a unidade de cobrança de Itaipu Binacional é por potência, ao invés de ser pela quantidade de energia fornecida (BARROS, 2021).

Em 2021, o presidente Bolsonaro recebeu o seu homólogo paraguaio em

Brasília. Na pauta da reunião estava também a renegociação das tarifas de Itaipu Binacional. O Paraguai visa vender o excedente da usina a outros países e reclama do preço da energia cedida pago pelo Brasil.

O governo brasileiro demonstrou falta de traquejo no tema da renegociação do Anexo “C” do Tratado de Itaipu, sendo que a diplomacia e as autoridades responsáveis pelo novo acordo não foram bem-sucedidas. O general João Francisco Ferreira chegou a afirmar que as renegociações em questão deveriam acontecer a partir de 2023 (MAIA, 2021).

Gráfico 4 - O declínio da produção de Itaipu Binacional



Fonte: CNN (2021). Adaptado de: Itaipu Binacional (2021).

O tema da energia compartilhada por Brasil e Paraguai deveria fazer parte de uma agenda ligada ao processo de integração regional capitaneado pelo Mercosul. O bloco deveria reger as iniciativas de aproveitamento dos recursos hídricos das bacias existentes nos territórios dos seus membros, casos como o de Itaipu Binacional. Não obstante, nos últimos anos o Mercosul tem evoluído de forma quase anárquica, com mudanças de direção tomadas a cada eleição por diferentes grupos políticos (CABALLERO, 2012).

CONCLUSÃO

Inicialmente, o trabalho analisou as relações do Brasil com o Paraguai ao longo da história, enfatizando o período entre a independência dos dois países e a

Guerra da Tríplice Aliança, em relação a este conflito, o texto trouxe detalhes de suas principais batalhas que podem ser visualizadas na cartografia elaborada com o software *ArcGIS*, onde é possível ainda identificar as áreas perdidas pelo Paraguai em 1870. Ao final da seção 2, foram elencados os acordos entre os dois países e o contexto histórico dos três primeiros quartos do século XX.

Na sequência, o texto abordou o processo de consolidação da fronteira entre o Brasil e o Paraguai e a criação da hidrelétrica de Itaipu Binacional. O artigo trouxe nesta seção, detalhes de três documentos fundamentais para a consolidação da fronteira entre os dois países, a saber: a Ata do Iguazu, o Tratado de Itaipu e o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus. A importância da usina para a economia dos dois países (tanto no setor de energia como no setor do turismo) foi elucidada com dados de geração de energia e o fluxo anual de visitantes em anos recentes.

Por fim, o artigo apresentou os principais pontos que envolvem a negociação do Anexo “C” do Tratado de Itaipu, que estabelecerá as novas regras e a remuneração recebida pelo Paraguai pela energia transferida ao Brasil. Foram destacados diferentes momentos políticos que marcaram a relação entre os dois países desde a assinatura do tratado, em 1973, passando pelo período em que governos progressistas estavam no poder até os contextos vividos nos anos recentes.

As negociações secretas e as manobras sem sucesso do governo brasileiro em conluio com altas autoridades do Paraguai foram reveladas pela mídia daquele país. O governo brasileiro fracassou no intento de negociar um novo acordo favorável ao Brasil e prejudicial aos interesses paraguaios. Situação que poderia ter sido mais bem gerida no âmbito do próprio Mercosul, mas que não teve neste bloco um mediador capaz de solucionar a questão e exercer sua função primordial de manter o equilíbrio entre os estados membros, promovendo o desenvolvimento harmônico destes.

REFERÊNCIAS

Alliana, aposta que renegociação de Itaipu vai virar causa nacional. BNamericas, 17 de novembro de 2021. Disponível em:

<https://www.bnamericas.com/pt/noticias/alliana-aposta-que-renegociacao-de-itaipu-vai-virar-causa-nacional>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BARROS, Rafaela. **Tarifa de energia de Itaipu deve cair para menos da metade em 2023**. Poder360. 27 outubro de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/tarifa-de-energia-de-itaipu-deve-cair-para-menos-da-metade-em-2023/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CARNERI, Santi. **Governo paraguaio mergulha em crise por acordo secreto com Brasil sobre Itaipu**. El País. 30 julho 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/30/internacional/1564512722_936045.html. Acesso em: 01 jul. 2022.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs**: transfronteirização na bacia do prata. Porto Alegre: Ideograf, 2016. 273 p.

CARNEIRO, Camilo Pereira. A política brasileira de defesa e segurança para as fronteiras. In: SILVA, Micael Alvino da; CASTRO, Isabelle Christine Somma de. **Além dos limites: a tríplice fronteira nas relações internacionais contemporâneas**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 175-202.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979**: fronteira, energia e poder. Curitiba: Appris, 2020.

FAJARDO, José Marcos Castellani. **Acordo Tripartite Itaipu-Corpus**: ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política da cooperação. 2004. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FOLCH, Christine. Itaipú Binacional y la hidropolítica en el contexto transfronterizo. In: SILVA, Micael Alvino da; CASTRO, Isabelle Christine Somma de. **Além dos limites**: a tríplice fronteira nas relações internacionais contemporâneas. São Paulo: Alameda, 2021. p. 93-118.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As Fronteiras do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

Governo amplia prazo de grupo sobre renegociação do Tratado de Itaipu. Exame, São Paulo, 16 abr. 2019. Economia. Disponível em: <https://exame.com/economia/governo-amplia-prazo-de-grupo-sobre-renegociacao-do-tratado-de-itaipu/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ITAIPU BINACIONAL (Brasil/Paraguai). **Itaipu Binacional**: líder mundial na geração de energia limpa e renovável. 2022. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

KONCHINSKI, Vinicius. **Como a falta de chuva e a pressão paraguaia afetam o futuro da usina de Itaipu.** CNN, 06 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/como-a-falta-de-chuva-e-a-pressao-paraguaia-afetam-o-futuro-da-usina-de-itaipu/> Acesso em: 01 jul. 2022.

MAIA, Camila. **Negociação do Tratado de Itaipu acontecerá a partir de 2023, diz diretor-geral do lado brasileiro.** Megawhat. 26 de outubro de 2021. Disponível em: <https://megawhat.energy/news/144453/negociacao-do-tratado-de-itaipu-acontecera-partir-de-2023-diz-diretor-geral-do-lado-brasileiro>. Acesso em: 01 jul. 2022.

NASCIMENTO, Luciano. **Negociação sobre energia de Itaipu não foi secreta, dizem ministérios.** Agência Brasil, 09 de agosto de 2019. Internacional. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/negociacao-sobre-energia-de-itaipu-nao-foi-secreta-dizem-ministerios>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Negociação sobre energia de Itaipu não foi secreta, dizem ministérios. Correio braziliense, 09 agosto de 2019. Política. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/09/interna_politica,776436/negociacao-sobre-energia-de-itaipu-nao-foi-secreta-dizem-ministerios.shtml. Acesso em: 10 jun. 2022.

Negociação sobre energia de Itaipu não foi secreta, dizem ministérios. Istoé Dinheiro, 09 agosto de 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/negociacao-sobre-energia-de-itaipu-nao-foi-secreta-dizem-ministerios/> . Acesso em: 01 jul. 2022.

SELLIER, Jean. **Atlas des peuples d'Amérique.** Paris: La Découverte, 2006.

SILVA, Ronaldo A. do Amaral. **Brasil- Paraguai: marco da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954 - 1973.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB. Brasília: UnB, 2006.

Vice-presidente do Paraguai quer ressarcimento do Brasil por dívida de Itaipu. UOL, 23 julho de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2021/07/23/vice-presidente-do-paraguai-quer-ressarcimento-do-brasil-por-divida-de-itaipu.htm> . Acesso em: 01 jul. 2022.